

INFORME

SEU PONTO DE ENCONTRO COM A INFORMAÇÃO



IMPRESSO FECHADO
Pode ser aberto pela ECT



sindjudES

2025

Um compilado de Luta e Vitórias



Esta edição especial da Revista SindjudES é uma retrospectiva das principais **ações, conquistas e lutas** do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo em 2025.

Cada página desta revista conta a história de servidores que **não se resignaram** diante das **adversidades** e **construíram, juntos**, um **sindicato forte e respeitado** que trabalha diariamente em prol dos servidores do Judiciário capixaba.



SUMÁRIO

PAG. 03 - SINDJUDES PROMOVE PALESTRA SOBRE APOSENTADORIA COM QUALIDADE

PAG. 04 - SINDJUDES INICIA AÇÕES JUDICIAIS PARA O PASEP

PAG. 05 - SINDJUDES REPRESENTA SERVIDORES CAPIXABAS EM SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO

PAG. 06 - SEGUNDA EDIÇÃO DO PODCAST VOZ SINDJUDES TRAZ TRANSPARÊNCIA SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SINDICATO

PAG. 07 - SINDJUDES PROMOVE CURSO SOBRE SAÚDE COGNITIVA PARA APOSENTADOS

PAG. 08 - CONQUISTA HISTÓRICA: SINDIJUDICIÁRIO ASSEGURA CORREÇÃO JUSTA DE DÉBITOS PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CAPIXABA

PAG. 09 - ARRAIAL DO SINDJUDES 2025: TRADIÇÃO E ALEGRIA REUNEM SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CAPIXABA

PAG. 10 - SINDJUDES REFORMA SEDE PARA MELHOR ATENDER A CATEGORIA

PAG. 11 - SINDJUDES DENUNCIA CONDIÇÕES PRECÁRIAS NO ARQUIVO GERAL DO TJES E COBRA PROVIDÊNCIAS URGENTES

PAG. 13 - SINDJUDES GARANTE INTERDIÇÃO DE ESPAÇO INSALUBRE E FORÇA TJES A REALOCAR ATENDIMENTOS PSICOSSOCIAIS

PAG. 14 - SINDJUDES INTENSIFICA LUTA CONTRA RESOLUÇÃO 103: "UM RETROCESSO HISTÓRICO NO } ACESSO À JUSTIÇA

PAG. 15 - NA LINHA DE FRENTE CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA: ATUAÇÃO DECISIVA DO SINDJUDES EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

PAG. 16 - FESTA DE 37 ANOS DO SINDJUDES REÚNE CATEGORIA EM GRANDE CELEBRAÇÃO

PAG. 17 - SINDJUDES MANTÉM MOBILIZAÇÃO POR PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE EM 2025

PAG. 18 - SINDJUDES REALIZA POSSE DA NOVA DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 2025/2028



SINDJUDES PROMOVE PALESTRA SOBRE APOSENTADORIA COM QUALIDADE

Evento híbrido em comemoração ao Dia dos Aposentados contou com sorteios e atendimento personalizado do Banestes

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) realizou no dia 7 de fevereiro de 2025 uma palestra especial sobre “Aposentadoria com Qualidade”, em comemoração ao Dia dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro.

A iniciativa foi conduzida pelo palestrante Bruno Aguilar e aconteceu de forma híbrida, permitindo a participação tanto presencial na sede do sindicato quanto virtual através de transmissão ao vivo pelo YouTube. Essa estratégia garantiu que aposentados de diferentes regiões do estado pudessem acompanhar o evento.

A palestra contou com a participação do Banestes, que ofereceu atendimentos especialmente direcionados a aposentados e pensionistas. A instituição financeira apresentou benefícios exclusivos e soluções adequadas às necessidades específicas desse público. Durante o evento, também foram realizados sorteios de brindes para os aposentados participantes.

O SindjudES agradeceu a participação de todos os presentes e reafirmou seu compromisso em continuar desenvolvendo ações voltadas para o bem-estar e qualidade de vida dos servidores aposentados.



SINDJUDES INICIA AÇÕES JUDICIAIS PARA O PASEP

Escritório de contabilidade especializado garante precisão nos cálculos

O SindjudES está movimentando ações judiciais para garantir o recálculo correto do PASEP de servidores admitidos antes da Constituição de 1988. Com a contratação de escritório de contabilidade especializado, o sindicato busca assegurar que aposentados e demais beneficiários recebam os valores devidos, corrigindo possíveis irregularidades históricas no fundo.

Após rigoroso processo seletivo, o sindicato contratou escritório de contabilidade especializado para garantir a precisão dos cálculos complexos. A demora na contratação se deu pela necessidade de uma seleção minuciosa, visando total segurança para advogados e servidores.

O trabalho contábil inclui:

- Análise detalhada de documentos, microfilmagens e extratos
- Apuração de diferenças entre percentuais pagos e devidos
- Correção monetária com índices adequados (Plano Verão, Collor I e expurgos)
- Identificação de eventuais saques indevidos

O sindicato já notificou servidores para assinatura de procurações e documentos necessários, seguindo a ordem de entrega dos extratos e cálculos.

Com metodologia técnica rigorosa e acompanhamento jurídico especializado, o sindicato reafirma sua missão de lutar pela valorização da categoria e garantir que cada servidor receba aquilo que lhe é devido por direito.



SINDJUEDES REPRESENTA SERVIDORES CAPIXABAS EM SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO

Diretor do sindicato participou de evento em Brasília que debateu os impactos da EC 19/98 para o serviço público brasileiro

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) marcou presença no importante seminário “O Fim do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos: A EC 19/98 e a ADI 2135”, realizado no dia 11 de março, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília.

O evento, promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, contou com a participação do diretor do SindjudES, Fabricio da Silva Cabidelli, que representou os interesses dos servidores do Poder Judiciário capixaba junto a outras entidades sindicais de todo o país.

O seminário teve como foco principal discutir os desdobramentos da Emenda Constitucional nº 19/1998 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, que podem resultar no fim do Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores públicos brasileiros.

O RJU, estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, tem sido fundamental para garantir estabilidade e isonomia de direitos aos servidores públicos civis da União. As discussões atuais sobre sua possível extinção representam um marco decisivo para o futuro do serviço público nacional.

Durante o evento, foram apresentados os possíveis impactos negativos do fim do RJU:

Riscos Trabalhistas

- Desigualdade de direitos: O retorno de diferentes re-

gimes trabalhistas pode criar disparidades nas condições de trabalho, salários e benefícios

- Fim da estabilidade: Comprometimento da segurança no emprego após o período probatório
- Alterações nas condições laborais: Mudanças em jornada de trabalho, férias, licenças e demais direitos

Impactos na Gestão Pública

- Dificuldade de atração de talentos: A instabilidade pode prejudicar o recrutamento e retenção de profissionais qualificados
- Aumento da politização: Maior influência política nas contratações e demissões
- Comprometimento da continuidade: Risco à imparcialidade e manutenção dos serviços públicos

Consequências para a Sociedade

- Deterioração dos serviços: Uma administração pública desestabilizada pode prejudicar diretamente a qualidade dos serviços prestados à população

O sindicato continuará acompanhando os desdobramentos da ADI 2135 e das discussões sobre o RJU, mantendo os servidores informados sobre desenvolvimentos que possam impactar suas carreiras.



SEGUNDA EDIÇÃO DO PODCAST VOZ SINDJUEDES TRAZ TRANSPARÊNCIA SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SINDICATO

Diretores apresentam realidade orçamentária da entidade e medidas para manter equilíbrio financeiro

Receitas, despesas e desafios do financeiro do SindjudES foram o tema do segundo episódio do podcast “Voz SindjudES” que foi ao ar em março de 2025. O programa explicou a realidade orçamentária do sindicato e como conquistamos em 2024 o maior patrimônio social da história do sindicato. A iniciativa reafirma o compromisso da entidade com a transparência e ética em suas ações, valores fundamentais que norteiam o trabalho do sindicato.

Neste episódio, a situação financeira do sindicato foi abordada de forma clara e objetiva, contando com a participação de três diretores: Fabrício da Silva Cabidelli (Diretor Financeiro), Daniel de Souza Correia (Diretor Administrativo) e Adriana Toscano de Siqueira (Diretora de Comunicação).

O podcast “Voz SindjudES” representa mais uma ferramenta de comunicação do sindicato para dialogar diretamente com a categoria, promovendo a consciência de classe e mantendo os servidores informados sobre as ações da entidade em sua defesa e representação.





SINDJUDES PROMOVE CURSO SOBRE SAÚDE COGNITIVA PARA APOSENTADOS



Evento na sede do sindicato ensinou aposentados a manter a mente ativa e saudável com hábitos práticos do dia a dia



O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) realizou no dia 21 de março de 2025 uma importante iniciativa voltada ao cuidado com a saúde mental dos servidores aposentados. O curso “5 Pilares para Manter a Saúde do seu Cérebro” aconteceu no auditório da sede administrativa do sindicato, demonstrando o comprometimento da entidade com o bem-estar integral de sua categoria.

A atividade foi conduzida por um profissional especializado em saúde cognitiva e abordou os cinco pilares fundamentais para manter a mente ativa e saudável: alimentação equilibrada, sono de qualidade, prática de exercícios físicos, estímulo cognitivo e socialização.

Durante o encontro, os participantes tiveram acesso a orientações práticas sobre como incorporar esses hábitos essenciais no dia a dia, participaram de dinâmicas interativas e puderam trocar experiências com outros colegas. O objetivo foi fornecer ferramentas concretas para que os aposentados possam cuidar melhor de sua saúde cerebral, garantindo mais qualidade de vida e bem-estar.

O sindicato reafirmou seu compromisso de continuar promovendo ações que valorizem a saúde e o bem-estar dos servidores, cumprindo sua missão de lutar pela valorização da categoria em todas as fases da vida profissional.



CONQUISTA HISTÓRICA: SINDIJDICIÁRIO ASSEGURA CORREÇÃO JUSTA DE DÉBITOS PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CAPIXABA

TJES confirma decisão que substitui VRTE por IPCA-E e Taxa Selic na atualização de pagamentos administrativos retroativos

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) alcançou em maio uma vitória significativa na defesa dos direitos dos servidores públicos capixabas. Em decisão histórica proferida pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), foi consolidado o entendimento que garante a atualização monetária adequada dos pagamentos administrativos retroativos devidos a servidores e terceiros.

Após intensa mobilização jurídica no processo de número 0005249-89.2022.8.08.0024, o SindjudES obteve êxito em sua demanda. A Primeira Câmara Cível do TJES negou provimento ao recurso apresentado pelo Estado do Espírito Santo, acolhendo integralmente as argumentações defendidas pelo sindicato.

Esta conquista representa uma importante correção das práticas anteriormente adotadas pelo Estado, que utilizava o índice do VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) para atualização dos débitos, sem a devida incidência de juros. Tal metodologia não refletia adequadamente as perdas inflacionárias enfrentadas pelos servidores, gerando prejuízos financeiros significativos.

Com a nova determinação judicial, os débitos administrativos passam a ser corrigidos de forma mais equitativa, assegurando que os valores reflitam a real variação inflacionária e os juros legalmente devidos.

A decisão beneficia diretamente todos os servidores do Poder Judiciário capixaba que possuem débitos administrativos em aberto, garantindo:

- Correção monetária adequada que preserva o poder de compra;
- Aplicação de juros justos sobre os valores devidos;
- Segurança jurídica para futuros casos similares ;
- Precedente favorável para outras demandas da categoria;

Esta conquista demonstra a importância da representação sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores e reafirma o papel do Sindjudiciário como entidade comprometida com a justiça social e a valorização do servidor público.





ARRAIAL DO SINDJUDES 2025: TRADIÇÃO E ALEGRIA REUNEM SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CAPIXABA

Evento realizado no último sábado celebrou a união da categoria em noite de confraternização com música, cultura e sabores típicos

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) realizou no dia 12 de julho de 2025 mais uma edição de seu tradicional Arraial, proporcionando uma noite inesquecível para os servidores do Judiciário capixaba.

Ao som de boa música, entre bandeirinhas e sabores típicos, o Arraial 2025 reuniu servidoras e servidores do Judiciário capixaba em um ambiente caloroso, vibrante e repleto de sorrisos, celebrando não apenas as tradições juninas, mas também um espaço de confraternização que fortalece os laços entre os servidores.

Foi uma verdadeira festa da união, da cultura e da valorização de quem faz a Justiça acontecer todos os dias.





SINDJUDES REFORMA SEDE PARA MELHOR ATENDER A CATEGORIA

Modernização inclui nova recepção, auditório e ampliação do setor jurídico



O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (SindjudES) concluiu uma ampla reforma de sua sede, buscando melhorar o atendimento aos sindicalizados e adequar os espaços às novas demandas de funcionamento.


A recepção foi completamente reformulada com três postos de atendimento simultâneo, piso de madeira, climatização, máquina de café e cappuccino, além de uma sala de espera mais confortável.

Foi criado um auditório com capacidade para 30 pessoas, ampliando as possibilidades para cursos, formações e reuniões. Os espaços internos ganharam nova climatização e mobiliário moderno. O setor jurídico passou por transformação estrutural, com salas individuais para garantir privacidade no atendimento. A equipe foi ampliada para sete advogados contratados, exclusivamente dedicados à defesa dos direitos dos sindicalizados, representando um avanço significativo na qualidade e agilidade dos serviços.



Segundo a direção do sindicato, as melhorias refletem o compromisso da gestão com a valorização da categoria e o fortalecimento da atuação sindical. A reforma foi conduzida com foco em funcionalidade, conforto e qualidade no atendimento aos servidores do Poder Judiciário capixaba.





SINDJUDES DENUNCIA CONDIÇÕES PRECÁRIAS NO ARQUIVO GERAL DO TJES E COBRA PROVIDÊNCIAS URGENTES

Sindicato acionou órgãos competentes para garantir preservação de acervo histórico e saúde dos servidores

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) protocolou em janeiro de 2025 um requerimento denunciando as condições alarmantes do Arquivo Geral do TJES, localizado na Serra (ES-010, KM 4 – Jardim Limoeiro). O galpão de mais de 10 mil metros quadrados, que abriga todo o acervo processual da Corte, apresenta graves problemas de segurança, armazenamento e salubridade.

O documento assinado pela presidente do sindicato, Maria Clélia da Costa Almeida, aponta que o acervo está situado em “ambiente inadequado, insalubre e vulnerável”, comprometendo não apenas a integridade dos documentos históricos e jurídicos, mas também a saúde dos servidores e terceirizados que trabalham no local.

A situação crítica não é recente. O TJES foi alertado há mais de um ano sobre o estado precário do arquivo. Em julho de 2024, o setor de Arquivologia relatou um princípio de incêndio no local, controlado pelos próprios servidores sem treinamento adequado para situações de emergência.

Fotografias registradas em janeiro de 2025 mostram caixas caídas no chão, muita poeira, documentos amarelados e sinais de mofo. A desorganização compromete as rotinas de arquivamento e desarquivamento de processos, dificultando o trabalho diário dos servidores.

Em setembro de 2024, o coordenador de fiscalização de obras do TJES propôs medidas de adequação, incluindo redistribuição de extintores, sinalização de saídas de emergência e remoção de caixas que obstruem rotas de fuga. No entanto, não há registro de que essas providências tenham sido efetivamente implementadas.

Já em 9 de janeiro de 2025, o setor de arquivologia encaminhou novo ofício ao TJES descrevendo o acúmulo de caixas no chão e o comprometimento das rotinas de trabalho.

“A situação é um pedido de socorro”, alertou o documento.

As condições inadequadas do arquivo apresentam diversos riscos:

- Deterioração do acervo: Mofo, pragas e contaminação ameaçam a preservação de documentos essenciais
- Risco de incêndio: Ausência de medidas preventivas adequadas e extintores mal distribuídos
- Saúde dos trabalhadores: Ambiente insalubre com papéis sujos, mofados e proliferação de pragas
- Perda de informações cruciais: Documentos históricos e processuais podem ser perdidos irreversivelmente
- Comprometimento do acesso à justiça: Mesmo processos digitalizados podem requerer consulta a peças originais

A presidente do SindjudES, Maria Clélia, destacou a incoerência entre o discurso institucional de modernização e as condições reais do arquivo. “É perplexo o contrassenso de uma instituição que se orgulha de seus projetos de inovação tecnológica e da suntuosidade de algumas unidades judiciárias, mas que mantém setores essenciais em condições precárias e indignas”, afirmou a presidente.

O Arquivo Geral cumpre papel essencial não apenas para a guarda da memória institucional, mas também para o andamento de processos judiciais em curso. Juízes, partes e advogados podem solicitar acesso a peças originais que não foram digitalizadas ou cuja integridade precise ser conferida.

No requerimento encaminhado ao TJES, o SindjudES solicitou:

- Inspeção técnica imediata no local
- Laudo de salubridade e riscos ocupacionais
- Medidas urgentes de higienização e dedetização
- Plano de digitalização dos processos físicos, com cronograma e equipe definida
- Adequação das condições de trabalho para garantir a saúde dos servidores

O sindicato também acionou órgãos competentes para fiscalização, incluindo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Graças aos esforços do SindjudES, o caso ganhou repercussão na mídia local, sendo amplamente divulgado em veículos como A Gazeta, Século Diário e FalaES. A visibilidade pública forçou o TJES a se explicar formalmente ao CNJ sobre as condições do arquivo e, diante da pressão, o Tribunal foi obrigado a adotar providências concretas para corrigir a situação.

Esta vitória demonstra que a mobilização sindical e a transparência são fundamentais para garantir dignidade no ambiente de trabalho. O SindjudES reafirma que preservar a informação e proteger a saúde dos trabalhadores são prioridades que não podem ser negligenciadas.



A photograph of the exterior of the Palácio da Justiça Des. Renato de Mattos. The building is modern with a glass facade and a sign above the entrance that reads "PALACIO DA JUSTIÇA DES. RENATO DE MATTOS". Several flags are flying in front of the building.

PALACIO DA JUSTIÇA DES. RENATO DE MATTOS

SINDJUEDES GARANTE INTERDIÇÃO DE ESPAÇO INSALUBRE E FORÇA TJES A REALOCAR ATENDIMENTOS PSICOSSOCIAIS

Denúncia do sindicato sobre condições degradantes leva a transferência temporária enquanto obras de adequação são realizadas

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (SindjudES) conquistou uma importante vitória na defesa da saúde e dignidade dos trabalhadores. Após denúncia do sindicato à Vigilância Sanitária de Vitória, o Tribunal de Justiça foi obrigado a deslocar temporariamente os atendimentos da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) e iniciar obras de adequação no local.

A situação era alarmante: o espaço no subsolo do TJES apresentava infestação de ratos e insetos, forte odor de mofo, piso irregular, falta de ventilação e iluminação natural, além de ausência de isolamento acústico que comprometia o sigilo dos atendimentos. “É um local degradante e deprimente onde os servidores estão trabalhando”, denunciou Maria Clélia Costa Almeida, presidente do SindjudES.

O sindicato havia alertado o presidente do TJES em ofício de 30 de maio sobre as condições precárias do subsolo, para onde a Coordenadoria foi removida provisoriamente em dezembro de 2023. Durante 2024, foram realizados 931 atendimentos presenciais e remotos naquele ambiente inadequado, muitos envolvendo demandas sensíveis que exigem sigilo e privacidade.

Diante da falta de resposta institucional, o SindjudES acionou a Vigilância Sanitária, forçando a interdição do espaço. O TJES então transferiu os atendimentos para o prédio da Corregedoria Geral da Justiça e instalou provisoriamente a coordenação administrativa no Edifício Greenwich Tower, enquanto as obras de adequação são realizadas.

SINDJUDES INTENSIFICA LUTA CONTRA RESOLUÇÃO 103: “UM RETROCESSO HISTÓRICO NO ACESSO À JUSTIÇA

Sindicato mobilizou categoria e pressionou TJES pela revogação de norma que cria “tribunal de exceção” para servidores



O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) travou uma batalha jurídica e política sem precedentes contra a Resolução nº 103/2023 do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). A luta incluiu desde a entrega pessoal de requerimentos de revogação aos desembargadores até o acionamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estratégia que resultou na suspensão dos efeitos da norma discriminatória.

A resolução limitava drasticamente a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual, criando uma situação inédita: enquanto todos os demais cidadãos mantêm o direito de buscar a Justiça através dos Juizados Especiais, servidores e magistrados do próprio PJES ficam impedidos de fazê-lo, sendo obrigados a recorrer às sobrecarregadas Varas Comuns da Fazenda Pública.

Os prejuízos são múltiplos: questões fundamentais como reconhecimento de gratificações, adicionais, retroativos de promoções e pagamento de plantões passaram a enfrentar um caminho muito mais longo e incerto. A norma também impede o julgamento de ações que questionam atos administrativos dos órgãos superiores do TJES, restringindo ainda mais a possibilidade de defesa dos direitos dos servidores.

A análise jurídica revela múltiplas violações: princípio da isonomia, devido processo legal, criação de “tribunal de exceção”, desrespeito à Lei Federal nº 12.153/2009 e restrições arbitrárias impostas exclusivamente aos servidores do PJES.

O SindjudES adotou estratégia multifacetada para combater a resolução. A presidente Maria Clélia entregou pessoalmente o requerimento de revogação a todos os desembargadores durante sessão do Pleno do TJES. O sindicato também notificou a OAB-ES sobre a gravidade da situação.

Cumprindo sua promessa de não aceitar retrocessos, o SindjudES acionou o CNJ. A persistência e a fundamentação jurídica sólida foram decisivas para que o CNJ reconhecesse a plausibilidade das alegações e suspendesse imediatamente os efeitos da resolução discriminatória.

A batalha contra a Resolução 103 representa mais do que uma disputa jurídica isolada. É a defesa de uma concepção de Estado onde todos os cidadãos, independentemente de sua função pública, têm direito ao mesmo tratamento perante a Justiça.





NA LINHA DE FRENTE CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA: ATUAÇÃO DECISIVA DO SINDJUDES EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Atuação estratégica no STF, vigilância no Congresso e mobilização nas ruas: A luta multifacetada contra retrocessos

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) tem protagonizado uma batalha fundamental contra as propostas de Reforma Administrativa que ameaçam a estrutura do serviço público brasileiro. Com atuação estratégica que vai do Supremo Tribunal Federal às ruas de Brasília, o sindicato demonstrou seu compromisso inabalável com a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A PEC 11/2024, que reforma o arcabouço fiscal, e as demais iniciativas que compõem a reforma administrativa representam riscos diretos aos direitos conquistados: fim da estabilidade após estágio probatório, flexibilização de jornadas, terceirização ampliada e redução de garantias trabalhistas.

O Sindicato está acompanhando cada passo dessas propostas e alertando a categoria sobre os impactos que podem comprometer não apenas os direitos dos servidores, mas a própria qualidade dos serviços prestados à população.

Em julho de 2025, a presidente Maria Clélia da Costa Almeida e a diretora jurídica Lavínia Vieira de Andrade Wai-chert Lyrio estiveram no Supremo Tribunal Federal em reunião no gabinete do ministro Flávio Dino, tratando de duas ADIs que o Estado ingressou contra os servidores. Na mesma agenda, acompanharam a audiência pública promovida pelo Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa da Câmara dos Deputados, que reuniu representantes das principais entidades públicas e sindicais.

Em 29 de outubro de 2025, o SindjudES participou da histórica manifestação em Brasília que reuniu milhares de servidores públicos de todo o país. O ato demonstrou a força da união dos trabalhadores na defesa do serviço público de qualidade e contra medidas que representam retrocesso social.

A MAIOR FESTA DO ANO!

ANIVERSÁRIO DE
37 ANOS



FESTA DE 37 ANOS DO SINDJUDÉS REÚNE CATEGORIA EM GRANDE CELEBRAÇÃO

Evento reuniu servidores em noite de confraternização e homenagens à trajetória da entidade

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) comemorou com grande estilo seus 37 anos de existência em uma festa que marcou mais um capítulo importante da história da entidade.

A festa foi um verdadeiro sucesso, reunindo centenas de servidores, familiares e convidados em uma noite marcada por muita alegria e confraternização. O evento contou com atrações musicais que animaram o público presente, criando um ambiente festivo e acolhedor para celebrar as conquistas dos últimos anos.

Um dos momentos mais aguardados da noite foi o sorteio de uma TV de 55 polegadas entre os participantes, gerando expectativa e emoção entre os presentes.

A celebração reafirmou o espírito de união da categoria e o reconhecimento da importância do sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores do Judiciário capixaba. A festa simbolizou não apenas a comemoração de mais um ano de história, mas também o fortalecimento dos laços entre o sindicato e seus filiados.





SINDJUDES MANTÉM MOBILIZAÇÃO POR PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE EM 2025

Caso envolve centenas de beneficiários da Lei da Trimestralidade, muitos com mais de 70 anos



O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) manteve em 2025 a mobilização em defesa dos beneficiários do precatório da trimestralidade, uma dívida que já se estende por mais de três décadas e afeta centenas de servidores, muitos com mais de 70 anos.

Os precatórios decorrem da Lei Estadual nº 3.935/87, conhecida como “Lei da Trimestralidade”, que estabeleceu reajuste trimestral dos vencimentos vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O impasse começou em 2007-2008, quando o governo entrou com 30 Ações Anulatórias que suspenderam os pagamentos.

Desde 2024, o SindjudES intensificou as ações, participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa e buscando apoio do presidente do TJES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, além de reunião histórica com o governo estadual após 35 anos de espera.

Em 2025, o sindicato atuou em múltiplas frentes para garantir os direitos dos servidores. O processo do SindjudES (RE nº 1478651) está no Supremo Tribunal Federal sob rela-

toria do Ministro Flávio Dino desde março de 2024, com o escritório responsável atuando junto ao gabinete do ministro para buscar mediação com o Estado.

No Conselho Nacional de Justiça, o SindjudES aguarda a abertura da segunda etapa de mediação com o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão. O processo está suspenso aguardando análise da Procuradoria Geral do Estado sobre os cálculos das entidades que já obtiveram decisões favoráveis.

A presidente do SindjudES, Maria Clélia, continua liderando as articulações junto à Frente Parlamentar em Defesa dos Pagamentos dos Precatórios, presidida pelo Deputado Coronel Weliton, e trabalhando em conjunto com outras entidades para pressionar o governo estadual por uma solução definitiva.

O SindjudES reafirma que esta luta representa não apenas uma questão de direito, mas também uma questão humanitária, especialmente porque muitos beneficiários já faleceram aguardando a solução do caso.



SINDJUDES REALIZA POSSE DA NOVA DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 2025/2028

Cerimônia lotada marcou a continuidade da gestão “Sim, Para Avançar” com Maria Clélia Almeida à frente do sindicato

Na tarde de 28 de novembro de 2025, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) realizou a posse solene da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o triênio 2025/2028.

A data de 28 de novembro tem duplo significado para o SindjudES: além de marcar a posse da nova diretoria, celebra o aniversário de fundação do sindicato, criado em 28 de novembro de 1988.

Em seu discurso de posse, o diretor do Conselho Fiscal, Joelson da Silva Coelho, prometeu que o Conselho será “parceiro, companheiro e orientador das atividades do Sindicato”, reforçando o compromisso com a transparência e a fiscalização ética da gestão.

Antes mesmo de iniciar seu discurso, Maria Clélia foi ovacionada pelos presentes em uma demonstração calorosa de apoio e reconhecimento. A presidente recém-eleita fez um pronunciamento emocionado e cheio de gratidão, comprometendo-se a exercer a função com “a mais alta dignidade, correção de princípio, ética e profissionalismo, o cargo de presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.”



A reeleição de Maria Clélia Almeida marca a continuidade de uma gestão que acumulou importantes vitórias nos últimos anos. Entre os principais marcos da atual administração estão na retomada do pagamento dos 11,98%, a vitória histórica na devolução das contribuições previdenciárias dos aposentados, o recorde de filiações que ultrapassou 2.650 sindicalizados, além da implementação das promoções de 2017, 2018 e 2022.

A Diretoria Executiva empossada ficou assim constituída:

- Presidência: Maria Clélia da Costa Almeida
- Diretoria de Organização e Planejamento: Adriana Toscano de Siqueira
- Diretoria Administrativa: Daniel de Souza Correia
- Diretoria de Finanças: Thiago Emerick André Vescovi
- Diretoria Jurídica: Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio
- Diretoria de Política Sindical: Tiago de Moura Nascimento
- Diretoria de Saúde e Previdência: Marcos Antônio Lemos Fabre
- Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Waléria Barcellos Paranhos Marques
- Diretoria de Comunicação, Imprensa e Divulgação: Pedro Alexandre Hemerly

Como suplentes da diretoria foram empossados Priscilla Toscano Luppi, José Antônio Nazário da Silva, Gustavo Paraíso Dalvi, Pollyana Segatto Depizzol, Paulo Robério Schaider, Sérgio de Araújo Nobre, Marcos Jael de Oliveira Freitas, Oswaldo Graciotti Filho e Claudécir Luís Sarmento.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal, representado pela Chapa 1 – “Transparência e Atitude”, ficou composto pelos membros titulares Joelson da Silva Coelho, Fernando de Lima Pelúzio e Rozania Fraga Louzada, tendo como suplentes Gerusa Torres da Silva, Ângela Luiza Pinciara Azevedo e Carlos Eduardo de Souza Rocha.

Perspectivas para o novo triênio

O triênio 2025/2028 se inicia com desafios importantes pela frente, incluindo a continuidade da luta pelo precatório da trimestralidade, a defesa contra ataques ao Regime Jurídico Único dos servidores, e a busca constante por melhores condições de trabalho e valorização salarial da categoria.

Com uma gestão consolidada, diálogo permanente e compromisso com a transparência, o SindjudES renova suas energias para continuar lutando pela valorização dos servidores do Poder Judiciário capixaba.

**GRUPO DE
COMUNICAÇÃO
NO WHATSAPP**



Sindicalizado, **faça parte da nossa comunidade!** Aponte sua câmera para o QR CODE e **junte-se ao Grupo de Comunidade do SindjudES.**

* A sua filiação será verificada antes da aprovação.



Uma mensagem da presidência do SindjudES, Maria Clélia

Prezadas e prezados servidores,

O ano de 2025 foi intenso, desafiador e, acima de tudo, repleto de conquistas que reafirmam a força da nossa união. Estivemos onde era preciso estar lutando contra retrocessos impostos à nossa categoria e conquistando vitórias significativas.

Cada conquista registrada nestas páginas nasceu da persistência, do diálogo e, principalmente, da participação ativa de servidores que acreditam na força do coletivo. Nossa gestão sempre teve como princípio a transparência total, a ética nas ações e o respeito a cada sindicalizado.

Sei que ainda há muitas lutas pela frente. A busca por melhores condições de trabalho e valorização salarial permanece como prioridade absoluta. Mas olhar para 2025 nos enche de certeza: quando estamos unidos, quando dialogamos, quando não recuamos diante das adversidades, nós conquistamos.

Agradeço profundamente a confiança de cada sindicalizado. Esta retrospectiva é de vocês, para vocês. Porque juntos, seguiremos avançando!

Maria Clélia da Costa Almeida

Presidente do SindjudES

Feito por Quem **Luta por Você**

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES) – Diretoria 2022/2025:

Presidência: Maria Clélia da Costa Almeida
Diretoria de Organização e Planejamento: Adriana Toscano de Siqueira
Diretoria Administrativa: Daniel de Souza Correia
Diretoria de Finanças: Thiago Emerick André Vescovi
Diretoria Jurídica: Lavinia Vieira de Andrade Waichert Lyrio
Diretoria de Política Sindical: Tiago de Moura Nascimento
Diretoria de Saúde e Previdência: Marcos Antônio Lemos Fabre
Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Waléria Barcellos Paranhos Marques
Diretoria de Comunicação, Imprensa e Divulgação: Pedro Alexandre Hemerly

O Informe SindjudES é uma publicação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SindjudES)
Rua Neves Armond, 20, Praia do Suá – Vitória/ES,
CEP 29052-280, Telefone (27) 3357-5000
www.sindjud.com.br

PRODUÇÃO EDITORIAL

Comunicação SindjudES

FOTOS

Acervo SindjudES

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Agência Guia

IMPRESSÃO

Gráfica GSA